

# **Guerra Fiscal e Desenvolvimento Regional**

**Flávio Castelo Branco**  
Gerente-Executivo de Política Econômica da CNI

**Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal**

**Brasília, 18 de outubro de 2011**

---

## Sumário

1. Desigualdade regional de renda no Brasil
  2. A ineficácia da Guerra Fiscal
  3. Os problemas gerados pela Guerra Fiscal
  4. A inconstitucionalidade da Guerra Fiscal: repercussão nas empresas e a necessidade de soluções
-

## Desigualdade de Renda no Brasil

### Geração de riquezas concentrada nas regiões Sudeste e Sul

- Sudeste e Sul: possuíam 72,6% do PIB em 2008 e concentravam 56,9% da população apesar de ocuparem apenas 17,6% do território;
- Norte, Nordeste e Centro-Oeste: possuíam 27,4% do PIB em 2008 e concentravam apenas 43,1% da população apesar de ocuparem 82,4% do território.

## Desigualdade de Renda no Brasil

### Concentração da atividade industrial é ainda maior

- Sudeste e Sul: as atividades industriais nessas regiões representaram 77,5% do PIB do setor em 2008;
- Norte, Nordeste e Centro-Oeste: apenas 24,5% do PIB industrial.
- Na indústria de transformação a concentração é ainda maior, pois as regiões sul e sudeste responderam por 82,7% do PIB do setor em 2008.
- As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste representaram apenas 17,3% do PIB da indústria de transformação em 2008.

## Desigualdade de Renda no Brasil

### Disparidades regionais se refletem no PIB *per capita*

- O PIB per capita do Nordeste é quase três vezes menor que o do Sudeste
- Em 2008 o PIB per capita do Nordeste era de R\$ 7,4 mil e o do Norte R\$ 10,2 mil (bem abaixo da média nacional que era de R\$ 15,9 mil);
- Em contrapartida, o PIB *per capita* do Sudeste alcançou R\$ 21,1 mil em 2008.
- No Centro-Oeste o PIB *per capita* foi de R\$ 20,3 mil, mas excluindo o Distrito Federal cai para R\$ 15,0 mil.

## Desigualdade de Renda no Brasil

### Nível de renda é desigual dentro das regiões e dos estados

- A desigualdade espacial de renda é inter e intra-regional;
- Em regiões ricas há microrregiões com baixo PIB *per capita*.
- São Paulo: microrregiões com elevado PIB *per capita* – Jundiaí (R\$ 42,8 mil), Osasco (R\$ 36,2 mil), São Paulo (R\$ 30,9 mil) e Campinas (R\$ 29,3 mil) – e outras com PIB *per capita* menor nos estados mais pobres – Registro (R\$ 7,8 mil), Itanhaém (R\$ 7,7 mil) e Bananal (R\$ 7,1 mil).
- Nordeste: há microrregiões como Suape/PE (R\$ 37,0 mil), Barreiras/BA (R\$ 18,6 mil) e Salvador/BA (R\$ 17,0 mil) e outras como Médio Capibaribe/PE (R\$ 3,4 mil) e Boquira/BA (R\$ 3,0 mil).

## A ineficácia da Guerra Fiscal

### As razões e implicações da guerra fiscal

- **Ausência de política nacional** de estimulou Estados a promover políticas de atração de investimento
- **Distorções do sistema tributário** atual -- com ICMS na origem e alíquota interestadual -- permitem a “guerra fiscal” entre entes federativos
- **Exaustão dos mecanismos** da “guerra fiscal” como indutores do desenvolvimento regional
- Criação de um “**jogo de soma zero**” (uma posição de conflito) para uma situação de “**jogo cooperativo**”

## A ineficácia da Guerra Fiscal

### Desigualdades regionais de renda pouco se alteraram desde o início da Guerra Fiscal

- Sudeste e Sul: reduziram participação no PIB em apenas 4,4 p.p. entre 1990 e 2008.
- Centro-Oeste: elevou a participação no PIB em 4,0 p.p. e atingiu 9,2%. Grande parte desse aumento se deveu à agropecuária, onde a participação da região passou de 7,5% para 17,8% no PIB do setor.
- Norte e Nordeste: aumentos de 0,2 p.p. no PIB, com NO passando de 4,9% para 5,1% e NE de 12,9% para 13,1%.

## A ineficácia da Guerra Fiscal

A redução das desigualdades na distribuição espacial da indústria de transformação foi menos intensa do que no PIB

- Sudeste e Sul: reduziram participação no PIB do setor de 85,8%, em 1990, para 82,6%, em 2008 (apenas 3,1 p.p.).
- Centro-Oeste: elevou a participação no PIB do setor de 1,5% para 4,0% entre 1990 e 2008.
- Norte: aumentou a participação em 0,6 p.p., passando de 3,9% para 4,5% do PIB do setor.
- Nordeste: sem alteração significativa da participação no PIB do setor.

## A ineficácia da Guerra Fiscal

- Vários autores, como Piancastelli e Perobelli (Texto para Discussão IPEA, nº 402/96) e Varsano (Texto para Discussão IPEA, nº 500/97), apontam a guerra fiscal como inócua do ponto de vista do desenvolvimento regional
- Benefícios se anulam e deixam de influenciar na questão locacional de forma macro, na medida em que todos os estados adotam mecanismos semelhantes (fiscais e creditícios)
- Estados que saíram na frente tiveram ganhos, notadamente no caso da indústria. Entretanto, a generalização reduziu o efeito indutor do desenvolvimento regional em um segundo momento
- Estados “vencedores” terminam sendo os mais ricos, capazes de prover melhores condições de infra-estrutura física e social

## Os problemas gerados pela Guerra Fiscal

- Distorção nas condições de concorrência entre as empresas (imprevisibilidade de novas concessões vs condições anteriores)
- Insegurança jurídica, como o não reconhecimento de créditos tributários por parte dos governos estaduais e o risco de geração de passivos fiscais
- Concessão de incentivos fiscais às importações
- Deterioração das condições sócio-econômicas das regiões que sofreram migração de empresas

# **A inconstitucionalidade da Guerra Fiscal: repercussão nas empresas e a necessidade de soluções**

## A inconstitucionalidade e seus impactos nas empresas

- Possibilidade de cobrança retroativa de ICMS relativo aos últimos 5 anos pode gerar enorme passivo para as empresas
  - Extinção imediata dos incentivos fiscais reduz a rentabilidade dos projetos de investimento com contrato em vigor
  - Perda de confiança dos investidores
-

## A inconstitucionalidade da Guerra Fiscal: repercussão nas empresas e a necessidade de soluções

### Solução do problema dos incentivos fiscais do ICMS deve

- Assegurar que **não serão gerados passivos** para as empresas
- **Manter a rentabilidade** esperada dos projetos com contrato em vigor
- Reforçar a **Política Nacional de Desenvolvimento Regional** de modo a compensar as desvantagens competitivas das regiões menos desenvolvidas, inclusive em estados ricos

# Guerra Fiscal e Desenvolvimento Regional

**Flávio Castelo Branco**  
**Gerente-Executivo de Política Econômica da CNI**

**Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal**

**Brasília, 18 de outubro de 2011**

---